



Comissão investiga cartel de bancos no mercado de câmbio

Audiência pública no Senado marcada para as 14h de amanhã tratará das acusações que pesam sobre 30 pessoas e 14 instituições financeiras

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado fará amanhã à tarde uma audiência sobre a denúncia de que um cartel de instituições financeiras atuou para manipular as taxas de câmbio, de modo a beneficiar seus clientes, e também para distorcer os valores de referência do mercado de câmbio, prejudicando a concorrência. Esse tipo de interferência no câmbio

também tem efeitos na economia nacional. Em julho passado, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) abriu uma sindicância para apurar o caso. Foram convidados para o debate no Senado representantes do Cade, do Banco Central, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e da Associação de Comércio Exterior do Brasil. **3**

Operadores trabalham na Bolsa de São Paulo: suposto cartel de instituições bancárias atuou para manipular taxas de câmbio, afetando indiretamente o mercado de ações



Fabio Rodrigues Pizzaboni/ABR



Marcos Oliveira/Agência Senado

O ex-secretário da Receita Evaristo Maciel (D) critica a atual legislação tributária

Juristas propõem unificação dos cadastros de informações trabalhistas

A Comissão de Desburocratização decidiu elaborar um anteprojeto que pode estender a outros setores o modelo do eSocial, sistema de cadastramento dos

trabalhadores domésticos. Os juristas também querem modificar a legislação tributária para tornar as regras mais claras para os contribuintes. **4**

especial Cidadania

Despesa com trotes pode ser de R\$ 1 bilhão por ano, diz estudo

Cada acionamento desnecessário dos serviços de emergência custa cerca de R\$ 500, segundo boletim de consultores

do Senado. Projeto de lei em tramitação no Congresso prevê prisão de 1 a 3 anos e multa de 1 a 10 salários mínimos. **8**



No Distrito Federal, novo sistema identifica número e local exato da ligação

Adriano Kokazu/Agência Senado

Famílias de mortos em acidente aéreo cobram apoio **5**

Simple Nacional é foco de sessão temática hoje **2**

Trabalhadores criticam proposta de terceirização **6**

Petrobras afirma que tinha prejuízos com combustível aéreo **5**

Oferta de cadeirinha no transporte escolar é tema de debate **7**

Atenção a câncer de mama será discutida em audiência **2**



O senador Paulo Paim (C), que propôs o ofício a ser remetido ao STF, conduz a audiência pública sobre o TRF da 1ª Região

Comissão quer veredito sobre criação de tribunais

A Comissão de Direitos Humanos decidiu apresentar ao Supremo Tribunal Federal um ofício em que pede pressa no veredito final sobre a criação de novos tribunais regionais federais (TRFs). Atualmente, uma

liminar (decisão provisória) do próprio STF anula os efeitos de uma emenda constitucional que prevê a criação de quatro TRFs. Ontem, a comissão debateu o excesso de processos no TRF da 1ª Região. **7**

Cidade sustentável deve ter agenda social e econômica

A avaliação foi feita por especialistas durante debate na Comissão Senado do Futuro. Eles destacaram a importância da qualidade de vida, com boas condições de habitação, mobilidade urbana e lazer, para a sustentabilidade urbana. Segundo o senador Wellington Fagundes, “tornar uma cidade sustentável é torná-la mais humana”. **3**

Gerardo Magela/Agência Senado



Geraldo Magela/Agência Senado

Sessão especial de debate ocorre hoje na Comissão de Combate à Violência contra a Mulher, presidida por Simone Tebet

Comissão debate prevenção e atenção a câncer de mama

Audiência será feita em apoio à campanha Outubro Rosa, sobre prevenção à doença que, se tratada a tempo, tem grande chance de cura. Estima-se que 58 mil casos serão diagnosticados no país em 2015

EM APOIO À campanha Outubro Rosa, de alerta para o câncer de mama, a Comissão de Combate à Violência contra a Mulher promove hoje, às 14h30, uma sessão especial de debate sobre o tema “Prevenção, cura e reconstrução mamária: um direito que não pode ser violado”.

A comissão é presidida por Simone Tebet (PMDB-MS). Devem participar do debate um representante do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, médicos e integrantes de ONGs que trabalham na conscientização das mulheres

sobre a importância da prevenção da doença.

Diagnóstico

Segundo o Instituto Nacional de Câncer (Inca), o câncer de mama é o segundo tipo mais frequente no mundo e o mais comum entre as mulheres. São nas mamas 22% dos casos novos de câncer a cada ano. Mas se for diagnosticado e tratado no momento certo, apresenta grandes chances de cura.

No Brasil, de acordo com o Inca, as taxas de mortalidade por câncer de mama são elevadas porque a doença ainda é diagnosticada em

estágios avançados. Segundo a estimativa do instituto, quase 58 mil novos casos serão diagnosticados no país em 2015.

Como prevenção, o Inca recomenda que se evite a obesidade, a ingestão de álcool e a exposição a radiações ionizantes em idade inferior aos 35 anos. O instituto alerta para o fato de o autoexame não ser eficiente para a detecção precoce e não substituir o exame físico realizado por profissional de saúde.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Hélio José anuncia seminário sobre energia nuclear

Os benefícios e os riscos da energia nuclear serão debatidos no Senado no seminário internacional Usinas Nucleares — lições da experiência mundial, hoje e amanhã, destacou Hélio José (PSD-DF). Organizado pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), o seminário começa às 9h no Auditório do Interlegis e vai reunir cientistas, pesquisadores e estudiosos de França, Rússia e Japão.

Vice-presidente da CCT, ele ressaltou que o evento terá a participação, por vídeo, do ex-primeiro ministro do Japão Naoto Kan, que estava à frente do país quando ocorreu o acidente nuclear de Fukushima.

O senador fez um histórico do uso da energia nuclear, destacando os acidentes e as dificuldades para lidar com os resíduos e a contaminação radioativa.



Waldemir Borretto/Agência Senado

Randolfe quer quebrar sigilo de investigados na Operação Zelotes

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) cobrou que a CPI que apura irregularidades no Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) aprofunde as investigações.

Ontem, a Polícia Federal deflagrou a segunda fase da Operação Zelotes, que investiga denúncia de pagamentos de propina a conselheiros do Carf em troca de perdão a multas tributárias aplicadas a empresas. O senador pediu à CPI a quebra de sigilo e a convocação de alguns dos presos pela PF.

— Pretendo que todos os envolvidos sejam ouvidos e investigados rigorosamente e que, descobertas e confirmadas todas as fraudes que a Polícia Federal diz estar investigando, todos sejam convocados e que seja feito o devido esclarecimento — disse.



Moneira Matiz/Agência Senado

Jucá diz crer que Roraima erradicará a febre aftosa

Romero Jucá (PMDB-RR) ressaltou a importância da vacinação contra a febre aftosa em Roraima. A campanha tem por objetivo vacinar 100% do rebanho bovino do estado. Ele disse esperar que o Ministério da Agricultura ateste que Roraima se encontra livre da aftosa.

Jucá também pediu atenção aos empregadores de trabalhadores domésticos quanto à possibilidade de cadastro no Simples Doméstico, lembrando que o prazo para inscrição vai até o dia 31. Ele sublinhou que os empregadores podem optar pelo parcelamento das dívidas previdenciárias referentes a empregados domésticos.

— É importante que quem ainda não concluiu possa fazer esse tipo de parcelamento e fazer justiça àquele trabalhador, àquela trabalhadora doméstica que faz parte da família.



Waldemir Borretto/Agência Senado

Sessão temática do Senado discute hoje em Plenário o Simples Nacional

O Senado promove hoje, a partir das 11h, no Plenário, sessão temática de debates sobre o Simples Nacional — o regime de arrecadação, cobrança e fiscalização tributária para microempresas e empresas de pequeno porte. A iniciativa visa melhorar o ambiente de negócios.

Além dos senadores, participarão o ex-secretário da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República Guilherme Afif Domingos; o gerente de Políticas Públicas

do Sebrae, Bruno Quick; o diretor do Departamento da Micro, Pequena e Média Indústria da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) Carlos Bittencourt; e os deputados federais Jorginho Mello (PR-SC) e João Arruda (PMDB-PR).

O Simples Nacional é administrado por um comitê gestor composto por oito integrantes: quatro da Secretaria da Receita Federal, dois dos estados e do DF e dois dos municípios.

Comissão mista analisa MP que desestimula disputas com a Receita

A comissão mista que analisa a MP 685/2015, que cria o Programa de Redução de Litígios Tributários, tem reunião às 14h30 de hoje. Os parlamentares vão avaliar o relatório do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) sobre a proposta do governo que tem como objetivo reduzir as disputas judiciais entre empresas e a Receita Federal.

Além de estimular o devedor a desistir de processos administrativos ou judiciais sobre débitos tributários, a

MP autoriza o Executivo a atualizar 11 taxas, entre elas a de registro de armas de fogo, a de vigilância sanitária e a de fiscalização de aviação civil. Algumas dessas taxas estão há 17 anos sem correção.

Em setembro, a comissão fez uma audiência sobre o tema e debatedores sugeriram aperfeiçoamentos no programa. A comissão mista é presidida pelo deputado Gabriel Guimarães (PT-MG). O vice é o senador Acir Gurgacz (PDT-RO).

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



CCT Seminário sobre energia nuclear

9h30 A comissão realiza o Seminário Internacional Usinas Nucleares — lições da experiência mundial.

CMA Rateio da gorjeta

9h30 A comissão analisa o PLC 57/2010, que disciplina o rateio da gorjeta em bares e restaurantes, e mais 13 itens.

CAE Evasão fiscal

10h Audiência pública interativa discute medidas contra a evasão anunciadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

CE Diretrizes do MEC

10h A comissão faz audiência com o ministro da Educação, Aloizio Mercadante.

MP 684 Marco Regulatório das ONGs

11h Votação do relatório sobre a MP que trata do Marco Regulatório das ONGs.

DEBATE TEMÁTICO Simples Nacional

11h Sessão de debates temáticos discute o regime tributário do Simples Nacional.

PLENÁRIO Pauta trancada

14h Pauta trancada pela MP 680/2015, que institui o Programa de Proteção ao Emprego.

MP 685 Relatório

14h30 Comissão que analisa MP que institui o Programa de Redução de Litígios Tributários examina relatório.

MP 696 Audiência pública

14h30 Audiência pública interativa sobre a MP, que redesenha a estrutura da Presidência da República.

MERCOSUL Aviação

14h30 Representação Brasileira no Parlasul avalia permissão para empresas aéreas do Mercosul operarem no Brasil.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER Câncer

14h30 Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher faz sessão especial em homenagem ao Outubro Rosa com debate sobre o direito à prevenção do câncer, cura e reconstrução mamária.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/cidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, **audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Comissão apura cartel em operações de câmbio

Pessoas físicas e empresas são acusadas de participar de um esquema de manipulação das taxas de modo a beneficiar seus clientes na compra e na venda de moeda estrangeira

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) vai discutir amanhã, em audiência pública às 14h, as denúncias de formação de cartel para manipulação das taxas de câmbio envolvendo o real e moedas estrangeiras. As práticas anti-competitivas teriam sido realizadas por 14 bancos e financeiras e 30 pessoas por meio de chats da plataforma Bloomberg — por vezes autodenominados pelos representados como “o cartel” ou “a máfia” — entre 2007 e 2013.

As condutas teriam comprometido a concorrência nesse mercado, prejudicando as condições e os preços pagos pelos clientes em suas operações de câmbio, de forma a aumentar os lucros das empresas representadas, e distorcendo os índices de referência do mercado de câmbio.

O superintendente-geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Eduardo Frade, foi convidado para explicar o processo administrativo aberto em 2 de julho para investigar a denúncia. O processo apura também a manipulação de índices de referência do mercado de câmbio, tais como o do Banco Central do Brasil (PTAX), o do WM/Reuters e o do Banco Central Europeu.

Esses índices de referência são usados como parâmetro por empresas multinacionais, instituições financeiras e investidores que avaliam contratos e ativos mundialmente.

São investigadas 30 pessoas físicas e as seguintes empresas: Banco Standard de Investimentos, Banco Tokyo-Mitsubishi UFJ, Barclays, Citigroup, Credit Suisse, Deutsche Bank, HSBC, JP Morgan Chase, Merrill Lynch, Morgan Stanley, Nomura, Royal Bank of Canada, Royal Bank of Scotland, Standard Chartered e UBS.

O parecer da superintendência do Cade aponta fortes indícios de práticas anticompetitivas de fixação de preços e condições comerciais entre as insti-



Operadores da Bolsa de São Paulo: comissão debate denúncia no mercado de câmbio, que afeta ações

tuições financeiras concorrentes. Os investigados teriam feito um cartel para fixar níveis de preços (*spread* cambial), coordenar compra e venda de moedas e propostas de preços para clientes, além de dificultar a atuação de outros operadores no mercado de câmbio envolvendo a moeda brasileira.

Economia nacional

Explica o autor do requerimento para realização do debate, Ricardo Ferraço (PMDB-ES):

— As instituições financeiras acusadas também teriam se coordenado para influenciar índices de referência dos mercados cambiais, por meio do alinhamento de suas compras e vendas de moeda. Todas as supostas condutas teriam comprometido a concorrência nesse mercado, prejudicando as condições e os preços pagos pelos clientes em operações de câmbio.

A taxa de câmbio é considerada um preço-chave da economia, que influencia o consumo interno de um país, os níveis de investimento, importação e exportação e todas as transações financeiras que a tomem por base.

Ainda que o real seja a moeda oficial

do país, um número considerável de operações cambiais realizadas por entidades brasileiras também é feito por meio de moedas estrangeiras, como euro, dólar, libra esterlina, franco suíço, dentre outras.

Os clientes de instituições financeiras que executam operações de câmbio são aqueles que necessitam realizar periodicamente compra e venda de moeda estrangeira — bancos, fundos de investimentos, investidores, turistas, empresas privadas e entidades governamentais.

As instituições concorrem entre si para executar a operação, oferecendo um preço competitivo. As operações de câmbio também podem ser feitas com base nos índices de referência.

Além do superintendente-geral do Cade, foram convidados para a audiência pública Aldo Luiz Mendes, diretor de Política Monetária do Banco Central, Leonardo Pereira, presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Murilo Portugal Filho, presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), e José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil.

Senadores avaliam medidas contra a evasão fiscal

Hoje, às 10h, a Comissão de Assuntos Econômicos fará uma audiência pública para debater medidas contra a evasão fiscal com dois representantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Um deles é Raffaele Russo, coordenador do projeto Erosão Tributária e Transferência de Lucros. Essa expressão designa planejamento tributário usado por multinacionais que se aproveitam de lacunas normativas e assimetrias dos sistemas nacionais de cobrança de impostos para transferir lucros a paraísos fiscais.

Além de Russo, participará da audiência Paul Hondius, analista de política do Centro para Política Fiscal e Administração da OCDE.

Autora do requerimento da audiência pública, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lembra o recente anúncio da OCDE de um pacote de 15 medidas que, em sua avaliação, pode representar uma ampla reforma do padrão tributário internacional. O objetivo é “forçar multinacionais a declararem os lucros onde têm atividade econômica e obtêm os rendimentos”, diz ela no requerimento.

O pacote, conforme a senadora, estabelece padrões mínimos em nível internacional para “fechar lacunas e zonas cinzentas que permitem o deslocamento de lucros para países fiscais”. As perdas estimadas de arrecadação, de acordo com o requerimento, estão entre 100 bilhões e 240 bilhões de euros.

Veja na pág. 2 como acompanhar as audiências de hoje e amanhã e participar delas

Cidades sustentáveis: debate valoriza agenda econômica e social

Debatedores ressaltaram ontem em audiência pública interativa da Comissão Senado do Futuro que o conceito de cidade sustentável vai além do aspecto ambiental.

O presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (CGEE), Mariano Francisco Laplane, afirmou que a agenda ambiental deve estar atrelada com a sustentabilidade econômica e social.

— A qualidade de vida e moradia deve estar garantida, deve ser um espaço não de confronto, mas sim de reconciliação entre habitante urbano e natureza, ter distribuição equitativa entre serviços essenciais, impacto ecológico baixo e ser resistente a desastres naturais e econômicos — disse.

Segundo ele, uma cidade sustentável e inclusiva deve

adequar a agenda de sustentabilidade a realidades diferentes em três dimensões: ambiental, econômica e social.

Nas grandes metrópoles, deve-se procurar mitigar os desastres já produzidos, enquanto nas pequenas e médias o objetivo é evitar que aconteçam.

Laplane destacou a importância da participação social para promover a verdadeira transformação das cidades.

Para o presidente da comissão, Wellington Fagundes (PR-MT), não existe uma receita pronta para a cidade do futuro.

— Tornar uma cidade sustentável é torná-la mais humana, solidária, justa e acolhedora. É integrá-la ao meio ambiente — disse o senador.

O professor Oscar Cordeiro Netto, da Universidade de Brasília (UnB), ressaltou a insustentabilidade das cidades

brasileiras em relação ao tratamento de esgoto, ao uso da água e à gestão de resíduos sólidos urbanos. Segundo ele, apenas 12,5% dos lares brasileiros urbanos possuem um bom esgotamento sanitário, 40% da água é desperdiçada e faltam informações sobre o que se produz de lixo.

— A gestão dos resíduos sólidos urbanos, na nossa região, já beira a insolvência.

Ele defendeu soluções descentralizadas para o tratamento de esgoto, estímulo maior para reutilização de água e incentivos fiscais para favorecer a reciclagem.

Inteligência

Tom Rebello, sócio da CIP/Intercon Consultoria Internacional, disse que as cidades importantes não são as mais populosas, mas as que começam a desenvolver a inteligência.



“Tornar uma cidade sustentável é torná-la mais humana”, diz Wellington

— Quando falamos das cidades inteligentes, não se trata apenas de tecnologia, mas de qualidade do espaço, da mobilidade urbana e existência de locais onde as pessoas possam viver, trabalhar e se divertir se deslocando o mínimo possível — explicou.

A gerente do Departamento de Zoneamento Territorial do Ministério do Meio Ambiente,

Nazaré Soares, disse que o Plano Plurianual 2016-2019 do órgão visa explorar o zoneamento ambiental em escala municipal. A gerente de Comunicação do Instituto Akatu, Gabriela Yamaguchi, avaliou como o maior desafio, em um debate como esse, a mudança de consciência dos consumidores para novos estilos de vida.



Colegiado também discute a possibilidade de simplificar o processo de contestação de dívidas tributárias a partir da PEC 112/2015, do senador Ataídes Oliveira

Comissão de Desburocratização quer unificar cadastros trabalhistas

Juristas consideram que modelo do eSocial, sistema virtual de dados dos trabalhadores domésticos, pode ser usado por outros setores

AGENDA BRASIL

A COMISSÃO DE juristas que trata da desburocratização pretende apresentar um conjunto de medidas que simplifiquem e unifiquem os cadastros de informações trabalhistas. A medida foi discutida pelo colegiado em reunião ontem e deve ser transformada em anteprojeto.

O debate teve como ponto de partida o eSocial, sistema virtual de cadastramento de empregados domésticos. A comissão o considerou um bom modelo, cujo princípio pode ser expandido para outros setores.

Os juristas consideraram importante que esse sistema único possa agilizar processos e procedimentos trabalhistas, oferecendo acesso rápido a informações, preenchimento rápido de formulários e comunicação ágil entre empresas e poder público.

Para o presidente da comissão, ministro Mauro Campbell, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), é preciso avançar na direção de uma base de

dados única, a ser acessada em todos os níveis da relação trabalhista, e que não precise ser sucessivamente substituída.

— O Estado diz que está agora concentrando informações num banco específico, para controle e fiscalização. Perfeito, mas que isso não se repita mais — afirmou.

Campbell enfatizou que, uma vez que o banco esteja organizado, é necessário garantir que o cidadão ou a empresa não tenha mais “de chegar ao balcão e repetir todos esses dados que já foram exaustivamente transmitidos ao poder público”.

Tributos

A comissão também discutiu a possibilidade de efetuar mudanças na legislação tributária que tornem as regras incidentes sobre os contribuintes mais claras e mais bem divulgadas.

O advogado Aristóteles de Queiroz Camara disse acreditar que a falta de esclarecimento da sociedade a respeito das normas tributárias é, em muitos casos, deliberada, para gerar processos administrati-

vos ou judiciais em benefício da Receita Federal.

— Nem toda infração realmente deriva da vontade de não pagar. Deriva de uma legislação tributária absolutamente caótica e fundada em falta de transparência, incertezas e excessiva litigiosidade — disse.

Na opinião do advogado, a Receita não divulga elementos básicos que podem orientar o contribuinte no seu dia a dia. Para ele, a estrutura arrecadatória brasileira é “muito centrada em contencioso fiscal”.

A comissão trabalha com a possibilidade de propor alterações na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 112/2015, de Ataídes Oliveira (PSDB-TO), que regula o processo administrativo de contestação de dívidas tributárias. O texto está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O ministro Campbell entende que a proposta pode ser um veículo para as ideias do grupo de juristas:

— Para dar vazão aos anteprojeto e outras medidas que vão sair da comissão, nós precisamos de um “guarda-

-chuva constitucional”, que será aberto com essa PEC. Tudo que for para simplificar e dar transparência ao processo administrativo fiscal será feito.

O presidente da comissão também ressaltou que todas as decisões referentes ao destino da PEC são prerrogativas dos senadores e que a comissão não pretende interferir no andamento do projeto ou nos dispositivos que digam respeito a outros temas que não a desburocratização.

Histórico

Instalada no início de setembro, a Comissão de Desburocratização, sugerida por Blairo Maggi (PR-MT) e criada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, vai elaborar anteprojeto de lei com a finalidade de desburocratizar a administração pública.

O colegiado é formado por 16 juristas e, além de Campbell como presidente, tem o ministro José Antonio Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), como relator.

A próxima reunião do grupo está marcada para o dia 6 de novembro.

Grupo que analisa reforma ministerial faz debate hoje

Anunciada pelo governo no início de outubro, a reforma ministerial, que enxugou o número de ministérios e secretarias, foi realizada por meio de uma medida provisória, a MP 696/2015. Por isso, apesar de as mudanças serem dadas como encerradas, elas devem ser ainda votadas pelo Congresso. A comissão mista encarregada de analisar a MP 696 realiza audiências públicas hoje e amanhã, às 14h30. Haverá quatro debates com a participação dos principais órgãos atingidos pela MP.

Pelo texto enviado ao Congresso pela Presidência da República, ficou definida a fusão dos Ministérios do Tra-

balho e da Previdência Social e a extinção do Ministério da Pesca, cujas funções foram transferidas para o Ministério da Agricultura.

A MP determinou ainda que três secretarias ligadas à Presidência da República fossem reunidas em um único ministério. As Secretarias de Políticas para as Mulheres, de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e de Direitos Humanos formaram o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

Nas audiências públicas desta semana serão ouvidos representantes sindicais, que deverão falar sobre a

situação do quadro funcional após as mudanças no Poder Executivo.

Foram convidados para o debate de hoje a Força Sindical, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), a União Geral dos Trabalhadores (UGT), a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), a Confederação dos Trabalha-

dores no Serviço Público Federal (Condsef), a Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (Anesp) e a Associação dos Servidores da Agência Brasileira de Inteligência (Asbin).

A audiência de amanhã terá a participação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado. Foram convidados para o debate a Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNPA) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Aloysio justifica impeachment de Dilma Rousseff

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) considerou constrangedora a afirmação da presidente Dilma Rousseff, em entrevista à emissora CNN, nos Estados Unidos, de que o impeachment colocaria em risco a democracia brasileira.

— Quando argumentam que estamos diante de crime de responsabilidade, creio que não há hipótese de escaparmos desse julgamento porque a Constituição estabelece como uma das causas de punição o atentado contra a lei orçamentária, e a presidente Dilma atentou contra a lei orçamentária.

Alvaro: país vive indefinição política trágica

A indefinição política é uma tragédia que aflige os brasileiros bem-intencionados e prejudica a economia do país, disse Alvaro Dias (PSDB-PR).

O senador alertou para o aumento do desemprego, que considera um desperdício de produtividade.

— Os números do governo sobre o desemprego são ficção, pois o Brasil já tem 43% de desocupados na população economicamente ativa.

Alvaro chamou a atenção para o “crescimento assustador” da dívida pública e do pagamento de juros.

Para Cristovam, Brasil está “sequestrado”

Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que o Brasil “está sequestrado”. Para ele, o “sequestro” se dá em diversas áreas, da política à economia. O senador propôs que o Congresso trabalhe em busca de um caminho que liberte o país. Segundo Cristovam, um dos sequestros é consequência da dívida que o Brasil tem com o passado. Ele afirmou que o país deve dinheiro porque não teve responsabilidade fiscal como deveria e hoje tem de pagar a conta. Além disso, não cuidou dos velhos e pobres e por isso arca com a fatura.

Família de vítimas de acidente aéreo quer ajuda

Comissão que trabalha na proposta do novo Código Brasileiro de Aeronáutica ouviu sugestões da Associação Brasileira de Parentes e Amigos de Vítimas de Acidentes Aéreos

O NOVO CÓDIGO Brasileiro de Aeronáutica (CBA) precisa contemplar o apoio a familiares de vítimas de acidentes aéreos. A opinião é da fundadora da Associação Brasileira de Parentes e Amigos de Vítimas de Acidentes Aéreos (Abrapavaa), Sandra Assali, que ontem participou de uma audiência da comissão de especialistas que trabalha na atualização do código.

Segundo Sandra, as empresas aéreas precisam ter planos de assistência às famílias de vítimas. Ela disse que a legislação deve prever também a possibilidade de esses planos serem auditados. A ativista entregou uma série de sugestões para a comissão especial que prepara o novo CBA.

A Abrapavaa foi fundada no início de 1997, após o acidente da TAM de outubro de 1996. Um avião da empresa caiu logo depois de decolar do Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, causando a morte de 99 pessoas.

— Depois de um acidente, fica aqui uma família, muita gente que precisa ser assistida. Precisamos pensar sério nisso — declarou Sandra, acrescentando que a associação dá apoio e orientação a familiares envolvidos em cerca de uma centena de acidentes aéreos.

Experimental

A comissão também ouviu sugestões sobre aviação experimental e serviços auxiliares. O médico Augusto Fonseca



Sandra Assali, que preside a Associação Brasileira de Parentes e Amigos de Vítimas de Acidentes Aéreos, fala na audiência da comissão que propõe novo código

da Costa, também integrante da Abrapavaa, pediu mais fiscalização na aviação experimental — classificação para as aeronaves produzidas de forma artesanal ou em baixa escala, como os ultraleves.

Para Costa, a legislação precisa ser cumprida, “seja no atual, seja no novo código”. Ele revelou ter perdido um filho de 19 anos, piloto, em um “acidente evitável”, já que um “cisco de borracha” entupiu o carburador, provocando a queda do avião anfíbio que o jovem pilotava.

Ao apontar as “leniências da Anac [Agência Nacional de Aviação Civil]”, Costa disse que uma regulamentação mais precisa e uma fiscalização mais rigorosa poderiam dar mais segurança à aviação experimental. Ele afirmou que

as aeronaves leves são uma concorrência desleal com os aviões maiores, criticando a legislação por admitir o voo “por conta e risco”.

— Enquanto existem muitas exigências para os aviões de grande porte, na aviação experimental não tem nada disso. Há muita facilidade e não há fiscalização — alertou Costa, que ainda lamentou a falta de representantes dos consumidores entre os integrantes da comissão especial.

Roberto José Silveira Honorato, engenheiro da Anac e membro da comissão, apontou que muitas das críticas à legislação são tomadas de forma isolada e “não correspondem à verdade”. Honorato, no entanto, disse que a Anac tem percebido “um desvirtuamento” da aviação expe-

perimental nos últimos anos e prometeu ponderar sobre as sugestões apresentadas.

Serviço público

O presidente da Associação Brasileira das Empresas de Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo (Abesata), Ricardo Aparecido Miguel, sugeriu que os serviços aéreos auxiliares sejam considerados serviços públicos. Assim, serviços como limpeza das aeronaves, reposição de combustível e transporte de bagagens contariam legalmente com a garantia do Estado.

— Eu entendo que já é um serviço público. Eu só quero que fique claro na lei — declarou Miguel, acrescentando que a previsão legal obriga o governo a fiscalizar.

Ele informou que há cerca

de 200 empresas que trabalham com serviços aéreos auxiliares. O especialista de segurança de voo Kerlington Pimentel de Freitas, que integra a comissão, questionou a viabilidade da proposta e afirmou que há “outros meios” de melhorar o serviço dessas empresas. Segundo Freitas, a intenção da comissão é “deixar o Estado mais leve”. O presidente da comissão, Georges Ferreira, reconheceu que o tema é importante e prometeu que o assunto será estudado.

Formada por professores, juristas e engenheiros, a comissão tem até 14 de dezembro para apresentar um anteprojeto de reforma do CBA. A relatora é a doutora em direito internacional Maria Helena Fonseca.

Aéreas criticam elevação rápida de preços de combustíveis

A Petrobras adotou “durante um longo período” preços dos combustíveis bem abaixo dos praticados no mercado, segundo o engenheiro Flavio Tojal, gerente-executivo de Segurança, Meio Ambiente, Eficiência Energética e Saúde da empresa. Em reunião da Comissão de Reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA), ele afirmou que a Petrobras, desde o ano passado, busca um realinhamento de preços, o que produz um impacto em todos os setores econômicos que lidam diretamente com os combustíveis.

O diretor-geral da Associação Brasileira de Táxi Aéreo, Enio Paes, que integra a comissão, reclamou que a Petrobras deveria praticar um realinhamento gradual, uma vez que seu setor e outros têm sido fortemente atingidos pela crise.

— Se ficou oito anos sem reajustes, que fosse também gradual na fase de recuperação da defasagem — sugeriu.

Tojal admitiu que a gestão ar-

tificial dos preços trouxe fortes consequências para a companhia em termos de expansão e para a própria manutenção da produção, mas chamou a atenção também para outros fatores que impactam os preços praticados internamente, como a cotação cambial.

Ele garantiu que o objetivo atual da companhia é manter a política de preços dentro das faixas de paridade de importação — prática de mercado adotada pelo setor em economias abertas de todo o planeta.

O gerente salientou o fato de que a não adoção dessa estratégia para alguns produtos fez com que a Petrobras tenha recebido acusações de dumping e ações na Justiça por parte de acionistas ou setores econômicos e empresas que se sentiram prejudicados por “práticas desleais de concorrência”. Outras consequências de praticar preços de combustíveis inferiores aos de mercado são o consumo exagerado, prejuízos para a pró-



Na Comissão do Código de Aeronáutica, representante da Petrobras diz que valores ficaram abaixo do mercado por anos

pria empresa e o desincentivo a investimentos.

O consultor Paulus Figueiredo, ex-gerente de Energia da TAM, recordou o fato de apenas três empresas atuarem no mercado de distribuição de combustíveis para a aviação. Para ele, essa cartelização poderia ser atenuada se as

companhias de aviação e outros atores nesse mercado pudessem negociar diretamente com a Petrobras, ou se a própria companhia adotasse uma política de preços “um pouco mais transparente e que fosse mais previsível em médio e longo prazos”.

O presidente da comissão,

Georges Ferreira, disse que o país está sofrendo as consequências da ausência de uma política pública mais consistente nesse setor. Ele entende que o consumidor local está pagando pelo combustível que em sua maior parte é produzido aqui, porém como se fosse importado.

Trabalhadores e juizes do estado pedem a rejeição de proposta que permite terceirização das atividades-fim e a apresentação de novo texto para regulamentar o assunto

Projeto da terceirização é criticado no Acre

OS DIREITOS DOS trabalhadores terceirizados foram defendidos em audiência pública promovida em Rio Branco na sexta-feira. A Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado debateu, na Assembleia Legislativa do Acre, projeto para regulamentação do tema que amplia a possibilidade de terceirização para as atividades-fim (PLC 30/2015).

Hoje a prática é restrita às atividades-meio, como limpeza e segurança. Senadores e representantes dos trabalhadores se manifestaram contra a proposta, do ex-deputado Sandro Mabel, aprovada na Câmara em abril.

Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH e relator do projeto na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, que analisa a Agenda Brasil, defende a rejeição da proposta.

— A nossa ideia é apresentar um novo projeto a partir das audiências públicas que estão sendo feitas em todas as capitais do país — disse.

Na opinião do senador, a proposta “é um retrocesso em relação a tudo que se conquistou”.

— Querem terceirizar para não ter compromisso com o trabalhador. Com isso, irão



A Comissão de Direitos Humanos promoveu audiência pública na sexta-feira, na Assembleia Legislativa do Acre

faturar muito mais e pagar cada vez menos aos seus colaboradores, que terão um prejuízo de 30%, em média, em seus salários — afirmou.

Paim disse que a elite brasileira aproveita o momento de fragilidade política e econômica para apresentar pautas que contrariam os direitos dos trabalhadores.

— Isso é inaceitável. A CLT [Consolidação das Leis do Trabalho] tem que ser respeitada — disse.

O senador afirmou que os trabalhadores terceirizados

ganham 30% menos que os empregados contratados diretamente pelas empresas.

Disse ainda que a maioria dos acidentes de trabalho e das mortes deles decorrentes envolvem terceirizados.

Rejeição

Para Sérgio Petecão (PSD-AC), o projeto deve receber o cuidado necessário com a relatoria de Paim.

— Tenho certeza de que esse projeto não poderia estar em mãos melhores — afirmou.

Marilene Teixeira, integrante

do Fórum em Defesa dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização, considera que o projeto aprovado na Câmara tem que ser rejeitado na íntegra, por apoiar contratação de profissionais terceirizados em todos os setores.

— Consideramos que não é possível fazer emendas para melhorar. O projeto prevê de forma irrestrita e ilimitada, para todos os setores, a contratação de terceirizados nas mais distintas esferas. O novo projeto de regulamentação do tema, que estamos construindo

do para sugerir, parte de um amplo debate com as centrais sindicais, trabalhadores, acadêmicos de direito — afirmou.

A juíza Luzinália de Souza Moraes, presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) da 14ª Região, também criticou o PLC 30/2015.

— A Anamatra e 19 superintendentes do Ministério do Trabalho e Emprego se uniram para lutar contra esse projeto que legitima a venda do trabalho humano, desobedecendo as normas trabalhistas — disse.

Precarização

Evandilson Alves, representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Acre, destacou que não se pode permitir a precarização do trabalho.

— Somos contra essa política neoliberal, pois traz graves consequências aos trabalhadores. Se não tivermos cuidado, vamos engolir essa pauta. Refutamos qualquer possibilidade de precarizar ainda mais o trabalho no país.

Durante o debate, os representantes dos trabalhadores acrianos assinaram um documento contra o PLC 30/2015.

Para Telmário, é preciso ver que vários projetos federais avançam

Telmário Mota (PDT-RR) afirmou que tão importante quanto apontar os problemas do governo federal é elencar as boas



medidas. Em pronunciamento, ele citou vários projetos coordenados pelo Executivo, como o Plano de Desenvolvimento da Aquicultura Brasileira, que vai investir R\$ 500 milhões na produção de peixes e frutos do mar em águas marinhas de domínio da União.

Outra boa iniciativa, segundo Telmário, é

a liberação de R\$ 26,8 milhões para ações de combate ao consumo do crack. O senador disse que

serão beneficiados 47 projetos de 15 estados. Na área da reforma agrária, ele citou a meta do governo federal de assentar 30 mil famílias até o fim do ano e disse que até agora 13 mil foram assentadas.

De acordo com o senador, também é bem-vinda a notícia de que não faltará energia no Nordeste, apesar da seca.

Ana Amélia rebate Lula e diz que Brasil não vive estado de exceção

Ana Amélia (PP-RS) rebateu a afirmação de que “o Brasil vive um quase estado de exceção”, feita pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

— Não é isso o que estamos vivendo, pelo contrário — disse.

Na opinião de Ana Amélia, em vez de criticar a Operação Lava-Jato e fazer queixas contra a delação premiada, Lula deveria exaltar a independência, o republicanismo, a responsabilidade e a seriedade do Ministério Público, da



Polícia Federal e do Judiciário.

— Se queremos um país livre da corrupção, temos que estimular

e valorizar o que está sendo feito na Operação Lava-Jato. Ninguém aqui defende nenhum arbítrio, nenhuma exceção, nenhum ato fora da legalidade. E até agora não temos nenhum gesto, seja do Poder Judiciário, seja do Ministério Público, seja da Polícia Federal, que revele ou insinue que esteja havendo arbitrariedade nesse processo.

Medeiros pede ação do governo por brasileiro sumido no Peru

José Medeiros (PPS-MT) cobrou a participação do governo na busca de Artur Paschoali, desaparecido desde dezembro de 2012 em



Santa Teresa, no Peru. O senador informou que o jovem de Brasília estava em viagem por países sul-americanos. Em Santa Teresa, trabalhava em um restaurante quando desapareceu.

Desde então, acrescentou, o pai chegou a vender uma lanchonete e hoje praticamente vive no Peru, onde bus-

ca por notícias, mesmo diante de dificuldades impostas por narcotraficantes e até por policiais peruanos.

Medeiros frisou que é preciso um empenho maior para desvendar o desaparecimento e, com isso, acabar com o sofrimento da família.

— É preciso que o governo brasileiro redobre os esforços para ajudar essa família que padece sem saber se seu filho está vivo ou morto — disse o senador.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Comissão pede a STF decisão sobre novos tribunais

Em audiência sobre lentidão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Paulo Paim redigiu ofício pedindo à Justiça que decida logo sobre liminar que proíbe criação de TRFs

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) pediu pressa ao Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento da ação direta de inconstitucionalidade (ADI) que trata da Emenda Constitucional 73/2013, que cria quatro tribunais regionais federais (TRFs), com sede em Curitiba, Belo Horizonte, Salvador e Manaus.

O ofício foi apresentado pelo presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS), durante audiência pública realizada ontem sobre a demora do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) para julgar processos relativos a aposentadoria, Sistema Financeiro de Habitação, FGTS e remuneração de servidores públicos.

Logo depois de ser promulgada, a emenda foi alvo da ADI 5.017, ajuizada pela Associação Nacional dos Procuradores Federais. O então presidente do STF, Joaquim Barbosa, concedeu liminar para suspender os efeitos. Atualmente, a ação, relatada pelo ministro Luiz Fux, aguarda decisão de mérito do Plenário do STF.

Entre os tribunais federais, o TRF-1 é o que apresenta



O senador Paulo Paim (C) preside a audiência pública sobre o excesso de processos à espera de julgamento no maior tribunal regional federal do país

a menor taxa de processos resolvidos por caso novo.

Durante a audiência, os debatedores concordaram que é preciso resolver o problema do acúmulo de processos nessas varas federais, que atendem à Região Norte e aos estados de Minas Gerais, Bahia, Distrito Federal, Goiás e Mato Grosso. Mas não houve consenso sobre qual o melhor caminho para atingir esse objetivo.

Sumiço de processos

Os advogados reclamam da demora de julgamentos e da publicação de sentenças e até mesmo de sumiço de processos.

— Existem bons exemplos, mas não contagiam todos os órgãos do tribunal. Há uma demora na publicação do processo julgado, que pode chegar a 300 dias. É um absurdo — apontou Johann Homonnai Júnior, representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A desembargadora federal Neuza Alves, que é vice-presidente do TRF-1, disse que a culpa pela demora nos julgamentos não é exclusiva dos juízes, mas também dos advogados que apresentam sucessivos recursos mesmo em causas praticamente perdidas. De acordo com ela, só

em setembro de 2015 cada desembargador do TRF-1 recebeu em média 4 mil novos processos.

— Havendo demora, falhamos todos. Cada um de nós no seu segmento falhou e falhou feio. Cumpre agora um único gesto: dar as mãos — afirmou.

Antônio César Bochenek, presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil, lembrou que o TRF-1 abarca quase 80% do território nacional. Ele defendeu a criação dos novos tribunais como forma de dar agilidade aos processos.

— A emenda está suspensa por uma decisão dada em

plantão pelo ministro Joaquim Barbosa em um processo que nem era da sua competência. Precisamos ter uma definição — disse.

Para Luiza Cristina Fonseca Frischeisen, do Conselho Nacional de Justiça, o TRF-1 deveria se inspirar em outros tribunais federais e repensar a forma de gerir os processos:

— É importante avançarmos um pouco para além dessa questão de volume de processos, da falta de juízes, da falta de desembargadores e da falta de servidores. Estamos adentrando um período de recursos humanos e financeiros escassos.

Comissões discutem cadeirinha em veículos de transporte escolar

Resolução do Conselho Nacional de Trânsito determina que, a partir de 1º de fevereiro de 2016, condutores de transporte escolar de crianças menores de 10 anos serão obrigados a equipar os veículos com itens extras de segurança, como cadeirinhas e assentos de elevação. A polêmica levou as Comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Infraestrutura (CI) a programar para amanhã, às 10h, uma audiência sobre o assunto.

O requerimento foi apresentado pelos senadores pelo PSDB Dalírio Beber (SC), Paulo Bauer (SC) e Antonio Anastasia (MG). Na justificativa, eles reúnem críticas à iniciativa, considerada “impossível” de ser cumprida pelo setor “por falta de adequação dos

veículos ao dispositivo exigido”.

“Eles (os transportadores) afirmam que os veículos atuais já são seguros, tendo em vista os poucos acidentes registrados. Além disso, o uso da cadeirinha vai reduzir em cerca de 40% a capacidade de transporte e o custo será repassado para os pais”, afirmam.

De acordo com Beber, Bauer e Anastasia, o descumprimento vai sujeitar os condutores a multa de R\$ 191,54 por infração gravíssima, rendendo sete pontos na habilitação e retenção do veículo. Continuariam desobrigados a oferecer cadeirinhas e assentos de elevação táxis, vans e ônibus que não sejam usados como transporte escolar.

Foram convidados Alberto Angerami, diretor do Departamento Nacional de

Trânsito; Luiz Moan, presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores; Maria Aparecida Martinelli, assessora do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia; Renato Soares, presidente da Associação Nacional dos Transportadores Escolares e Passageiros; Pedro Januário, presidente do Sindicato dos Transportadores Escolares de São José e Região do Estado de Santa Catarina; e Jorge David Salgado, diretor da Associação Regional de Transporte Escolar de São Paulo, este último com participação aprovada em requerimento de Marta Suplicy (PMDB-SP).

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Mercadante fala hoje sobre prioridades do MEC

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) recebe hoje em audiência pública o ministro da Educação, Aloizio Mercadante.

Ele será ouvido sobre as diretrizes do governo para aprimoramento dos ensinos fundamental e médio, as prioridades do ministério e os recursos para o projeto Pátria Educadora.

A audiência pública terá interpretação simultânea na língua brasileira de sinais (Libras) e será realizada em caráter interativo.

O público poderá participar.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Lasier defende idade mínima de 40 anos para mamografia no SUS

Lasier Martins (PDT-RS) apresentou projeto de decreto legislativo para sustar a aplicação de portaria do Ministério da Saúde que determina que apenas mulheres de 50 a 69 anos podem fazer a mamografia pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O projeto visa manter em 40 anos a idade mínima para o exame. Ele lembra que uma lei aprovada em 2009 estabelece esse direito a partir dos 40. O senador citou recomendações de associações médicas para que o exame seja garantido a partir dessa faixa etária.

— Todas as mulheres a partir dos 40 anos, independentemente de fatores de risco, têm o direito de realizar mamografia. Estabelecer restrições a esse direito, por meio de portaria, é contrário à lei e contrário aos interesses da população mais pobre.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Gleisi Hoffmann considera Mais Médicos um programa de sucesso

O Programa Mais Médicos já beneficiou mais de 60 milhões de pessoas em mais de 4 mil municípios, disse Gleisi Hoffmann (PT-PR).

Segundo a senadora, com o trabalho de 18,2 mil médicos e com 40,9 mil boas unidades básicas de saúde, o programa não tem similar no mundo. O Mais Médicos também objetiva ampliar a formação de profissionais. De 2012 até hoje, disse Gleisi, foram abertas 5,3 mil vagas em universidades públicas e privadas e criadas 4,6 mil vagas para residência médica.

— Tivemos menos encaminhamentos para médicos especialistas e menos encaminhamentos para hospitais, porque estamos tendo mais solução nas unidades básicas de saúde. Temos médicos brasileiros, argentinos, mexicanos e muitos cubanos — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Paim: tema da redação do Enem estimula debate na sociedade

O tema escolhido para a redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) — a violência contra a mulher — foi elogiado por Paulo Paim (PT-RS).

O senador disse que abordar o tema na redação é uma forma de estimular a discussão desse assunto, especialmente entre os jovens, e ainda abre a perspectiva de debates sobre a violência que atinge outras parcelas da sociedade.

— Há também violência contra os idosos. Faz-nos refletir sobre a violência contra crianças, negros, indígenas, ciganos, LGBTs, pessoas com deficiência, a discriminação religiosa e, pasmem vocês, a intolerância política contra o cidadão por sua opção partidária.

Paim lembrou que em 24 de outubro se comemora o Dia das Nações Unidas, cujo objetivo é divulgar as realizações e metas da ONU, especialmente quanto à proteção dos direitos humanos.

Trotes podem custar R\$ 1 bi por ano ao país

Estudo do Senado analisa impacto das falsas chamadas de socorro a serviços de emergência. Maior parte é feita por crianças e adolescentes, dizem profissionais de atendimento

Janaína Araújo

UMA BRINCADEIRA DE mau gosto e perigosa, o trote telefônico aos serviços públicos de emergência carece de estatísticas para um amplo levantamento no país. Entretanto, segundo o consultor legislativo do Senado Tiago Ivo Odon — que, junto com dois outros consultores, publicou estudo sobre o problema no mês passado —, estimativas colhidas em alguns estados do Brasil apontam para um prejuízo anual de R\$ 1 bilhão por ano no país.

A projeção de cifra nacional partiu de informação do valor de R\$ 500 de prejuízo por trote, calculado no Amapá, multiplicado pelo número estimado de trotes no país.

No Distrito Federal, a Secretaria de Segurança Pública confirma a dificuldade de contabilizar esse tipo de ligação, pois os trotes são categorizados pelo sistema do órgão como chamadas que não resultam em atendimento final, junto àquelas não intencionais ou que não se caracterizam como emergência.

Porém, no DF, o combate aos trotes será fortalecido a partir do mês que vem. Um novo sistema vai possibilitar identificar não apenas o número telefônico de onde parte a ligação, mas também o local exato onde ela está sendo feita.

— Isso agilizará a chegada do socorro necessário e também ajudará na identificação precisa dos trotes — explica

o tenente-coronel Renato Sá, chefe do Núcleo de Despacho da Central Integrada de Atendimento e Despacho (Ciade), onde são recebidas as chamadas de emergência para o Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e Defesa Civil.

Os 150 profissionais que atendem a população 24 horas na Ciade relatam que os trotes são comuns nas cerca de 15 mil ligações diárias recebidas. No entanto, a experiência dos atendentes ajuda a detectar a maioria das chamadas falsas e dificilmente viatura policial ou caminhão de combate a incêndio é deslocado por esse motivo, explica o subtenente Ildeu Gonçalves de Sá, um dos chefes de atendimento:

— Os atendentes são bombeiros ou policiais experientes; muitos se aposentaram e voltaram à ativa nessa função, tendo a prática necessária para identificar chamadas passíveis de serem trotes.

Perfil

De Sá afirma que os profissionais estão atentos às ligações recebidas nos horários de entrada, saída e intervalo das escolas, já que são crianças e adolescentes os que mais passam trotes. Ele diz ainda que é possível bloquear, por no máximo uma hora, os telefones fixos e celulares de onde partem ligações identificadas como trotes para que não façam mais chamadas para os números de emergência.

Mas o subtenente frisa que o bloqueio só acontece após



Formada por policiais e bombeiros experientes, central de atendimento do DF consegue identificar a maioria dos trotes

verificarem o reiterado uso do mesmo número para fazer trotes. Além dessa precaução, é frequente a tentativa de contato com o proprietário da linha para verificar o uso do telefone por crianças.

Assessor técnico da Ciade, o tenente Júlio Alves ressalta que uma iniciativa importante no combate ao trote telefônico são as palestras feitas nas escolas que, entre outras finalidades, abordam os problemas acarretados pelos trotes.

O tenente disse já ter pesquisado por conta própria o uso recorrente de um telefone público para fazer trotes em uma escola de Taguatinga (DF). Ele procurou a diretora da instituição para alertá-la sobre o problema e conversou com os estudantes para que



De Sá anuncia novo sistema que identifica número e local da chamada

não ocupassem as linhas telefônicas de emergência para gerar ocorrências falsas.

Um vídeo na página do Corpo de Bombeiros do DF no Facebook e no YouTube também enfatiza o prejuízo de deslocar uma ambulância ou

carro de bombeiros para atender chamada falsa, deixando situações reais sem socorro e provocando, assim, mortes que poderiam ser evitadas.

Vídeo com gráficos e entrevistas:
<http://bit.ly/videotrotes>

Consultores apontam dificuldade de punição pelo Código Penal

No documento *Combate ao Trote Telefônico: uma questão de emergência*, os consultores legislativos do Senado Tiago Ivo Odon, Marcus Peixoto e Rodrigo Abdalla lembram que o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/1940) determina prisão de um a seis meses ou multa para o trote. Mas eles ressaltam o caráter limitado da lei ao punir a pessoa que provoca a ação de autoridade pública apenas quando ela comunica crime ou contravenção que não aconteceu.

— Não está incluída a comunicação falsa de situações de emergência que motivem o acionamento do Samu nem o trote que informa um acidente de carro que demande a presença dos bombeiros — explicam os especialistas no estudo.

Outra possibilidade de punição prevista no Código Penal é classificar os trotes como

atentados contra a segurança ou o funcionamento de serviços de utilidade pública, determinando prisão de um a cinco anos e multa a quem pratica. No entanto, os consultores afirmam que é preciso haver intenção de atentar contra o funcionamento dos serviços públicos, o que não é a realidade.

— Na maior parte dos casos, o troteiro nem sequer tem consciência do seu ato. Muitas vezes o infrator é um menor de idade, não alcançável pelo direito penal em razão de sua inimputabilidade — avaliam.

Projeto de lei apresentado pelo deputado Sérgio Vidigal classifica como trote a comunicação à autoridade pública sobre a ocorrência de fato falso, abrindo possibilidades que a lei atual não prevê. A punição proposta é prisão de 1 a 3 anos e multa de 1 a 10 salários mínimos, a ser rever-

tida às secretarias estaduais de Segurança Pública ou órgãos similares.

Mas os consultores consideram ser necessária uma solução rápida e eficiente para coibir novos trotes e evitar maiores custos sociais do que aqueles que se pretende evitar. Eles argumentam que uma investigação policial e um processo penal representam gastos para a sociedade e há casos mais graves a serem resolvidos pelos órgãos públicos.

Via administrativa

O bloqueio da linha telefônica por no máximo uma hora, procedimento da central de atendimento do Distrito Federal, é uma ideia a ser ampliada, conforme sugestão dos consultores. Eles opinam que a melhor saída é regulamentar em lei federal o bloqueio imediato e preventivo da linha telefônica não apenas para as

centrais de emergência, mas para qualquer número.

— É mais barato e rápido responder aos trotes pela via administrativa, com a punição por meio das empresas de telefonia, obrigando o proprietário da linha a se deslocar até o serviço de emergência para solicitar o desbloqueio. A partir daí se inicia um processo administrativo que pode resultar em advertência, multa ou suspensão da linha telefônica — explica Tiago Odon.

O consultor Marcus Peixoto esclarece que deve haver abertura de inquérito policial se for comprovado que os deslocamentos de viaturas policiais ou de equipes de emergência médica para atender chamadas falsas resultaram em falta de atendimento a um crime ou socorro a acidentes que gerem vítimas. Outra medida é o bloqueio do CPF para compra de novas linhas — inclusive

de celulares pré-pagos — nos casos de reincidência.

— O controle pelo CPF, que precisa de uma modificação na lei que trata da compra de chips pré-pagos para obrigar a identificação dos compradores, é uma forma de inibir a aquisição desse tipo de linhas para passar trotes aos serviços de emergência — observa.

Saiba mais

Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal
<http://www.ssp.df.gov.br>

Vídeo educativo do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal
<http://bit.ly/1032Lf0>

Boletim Legislativo nº 36, 2015. *Combate ao Trote Telefônico: uma questão de emergência*
<http://bit.ly/1R9adTT>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em
www.senado.leg.br/especialcidadania